



A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO ENSINO SUPERIOR NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Giselle Karolina Gomes Freitas¹

RESUMO

O presente artigo busca mostrar como a Educação a Distância contribui para o atual momento vivido pela Educação, além de apresentar de forma resumida a cronologia e as perspectivas conceituais da EAD dentro do contexto nacional. Outro ponto abordado foi as diversas formas e métodos usados nesse novo conceito de educação e os personagens responsáveis (professores, tutores, equipe de TI, etc) por promover o EAD. O estudo tem como objetivo geral abordar a contribuição da educação à distância no ensino superior na sociedade contemporânea, e como objetivos específicos: Descrever a evolução histórica do ensino a distância; Conhecer a política de expansão da educação à distância e reconhecer o papel do professor na EAD. A metodologia adotada foi baseada na pesquisa bibliográfica, e uma abordagem explicativa da temática, fundamentada em autores como: Correa (2016), Sosnowski (2013), Libâneo (2012), entre outros. Conclui-se que a EaD é uma modalidade muito utilizada no atual momento da Educação e será uma forte tendência de médio a longo prazo, principalmente no Ensino Superior.

Palavras-chave: Educação. Ensino superior. Sociedade Contemporânea. Desafios.

ABSTRACT

This article seeks to show how Distance Education contributes to the current moment experienced by Education, in addition to briefly presenting the chronology and conceptual perspectives of Distance Education within the national context. Another point addressed was the various forms and methods used in this new concept of education and the characters responsible (teachers, tutors, IT staff, etc.) for promoting distance education. The study aims to address the contribution of distance education

¹ FREITAS, Giselle Karolina Gomes. Mestranda em Direito pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Especialista em Direito Processual pela Universidade Estadual do Piauí. Especialista em Docência do Ensino Superior – Um Processo Evolutivo (Faculdade CET). Graduada em Direito pela Universidade Estadual do Piauí. Assessora Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí. Professora de Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Processual Constitucional e Direito do Consumidor da Faculdade de Tecnologia de Teresina (CET/PI). Email: giselle.f.ibiapina@gmail.com. CV: <http://lattes.cnpq.br/4928110234711759>.

in higher education in contemporary society, and as specific objectives: Describe the historical evolution of distance learning; know the policy of expanding distance education and recognize the role of the teacher in distance education. The methodology adopted was based on bibliographic research, and an explanatory approach to the theme, based on authors such as: Correa (2016), Sosnowski (2013), Libâneo (2012), among others. It is concluded that Distance Education is a modality widely used in the current moment of Education and will be a strong trend in the medium to long term, mainly in Higher Education.

Keywords: Education. University education. Contemporary society. Challenges.

1 INTRODUÇÃO

A educação a distância é uma alternativa aqueles que de alguma forma não podem frequentar a escola tradicional, onde aquela, por sua vez, possibilita ao aluno realizar ou continuar seus estudos, sem que haja a necessidade de deixarem sua cidade para seguirem seus estudos, pois quem trabalha nem sempre tem disponibilidade de assistir aulas presenciais ou até mesmo deslocar-se para outros lugares em busca de sua qualificação. Hoje existe uma nova demanda significativa da educação a distância, que é desejada e que aos poucos vem ocupando espaço no processo de ensino e aprendizagem, absorvendo assim esses futuros profissionais, fazendo-se a diferença, com qualidade, àqueles que dela dependem, pois a modernidade consiste em exigir futuros profissionais, cada vez mais aptos, flexíveis e dinâmicos para atenderem as novas exigências do mercado de trabalho.

Para revelarmos como a educação no processo de ensino e aprendizagem superior a distância vem contribuindo para seu avanço, nosso problema, recorreu-se a instrumentos que possibilitassem a resposta da seguinte problemática: quais são os desafios enfrentados pelo aluno no ensino a distância?

A investigação procedida foi baseada na pesquisa bibliografia, que permite conhecer as diferentes contribuições científicas disponíveis sobre o determinado tema, e que dá suporte a todas as fases de qualquer tipo de pesquisa, uma vez que auxilia na determinação dos problemas, na determinação dos objetivos, na construção das hipóteses, na fundamentação da justificativa da escolha do tema e na elaboração do estudo. A escolha por essa abordagem levou-se em consideração que trabalhamos com o discurso expresso dos profissionais, portanto com os significados e a

compreensão sobre a educação no processo de ensino e aprendizagem superior a distância.

Esse estudo tem como objetivo geral abordar a contribuição da educação a distância no ensino superior na sociedade contemporânea e específicos: descrever a evolução histórica do ensino a distância; conhecer a política de expansão da educação à distância e reconhecer o papel do professor na EAD.

O que motivou a produção desse conteúdo foi a grande mudança na forma de transmitir o conhecimento para os alunos de Ensino Superior no Brasil, e a grande perspectiva de mudar ainda mais esse cenário, e o principal responsável por essa mudança é o Ensino a Distância, que através de alguns instrumentos consegue levar o ambiente de sala de aula para inúmeros locais e, além disso, consegue efetivar a troca de ideias entre professor e aluno, e vice-versa.

Entretanto, compreendeu-se a necessidade de se discutir acerca da educação no processo de ensino superior a distância, objetivando-se através desta, apresentar algumas reflexões significativas da educação no processo do ensino e aprendizagem. No entanto, a educação a distância é uma nova alternativa em que o processo de aprendizagem é realizado virtualmente, onde professores e alunos interagem ao mesmo tempo, ocupando um mesmo espaço.

Esta pesquisa está estruturada em seções, inicialmente temos as notas introdutórias. Na segunda seção descrevemos aspectos históricos e conceituais da educação a distância, o papel do professor na EAD e as políticas de expansão desse modelo educacional. Na terceira seção descrevemos o percurso metodológico, seguido das considerações finais.

2. ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Antes de entrar no universo EAD no Brasil, é importante mencionar a origem. Diversas fontes de pesquisa consideram que a primeira informação da introdução desse novo método de ensinar a distância foi o anúncio, pelos jornais, das aulas por correspondência ministradas por um professor de taquigrafia chamado de Caleb Philips, esse acontecimento data de 20 de março de 1728, na cidade de Boston, EUA.

A educação a distância surge no Brasil para superar a escola tradicional, motivo pelos quais os governos, universidades, e organismos intelectuais têm apostado cada vez mais nessa modalidade de ensino que se inspirou no modelo internacional Open

University da Inglaterra no final dos anos 60, que posteriormente disseminou-se tanto nos países desenvolvidos, como nos países em desenvolvimento como na Espanha, Venezuela e Costa Rica (MAZURKIEVICZ; SOSNOWSKI, 2013). Os autores colocam ainda que é possível aprender algumas vantagens significativas como: “massividade espacial, menor custo por estudante, população escolar diversificada, individualização da aprendizagem, quantidade sem diminuição da qualidade e autodisciplina de estudo” (MAZURKIEVICZ; SOSNOWSKI, 2013, p.13.)

Para Libâneo; Oliveira; Toschi (2012, p.33), as políticas educacionais e organizativas devem ser compreendidas mais amplamente nas transformações econômicas, políticas, culturais e geográficas que caracterizam o mundo contemporâneo, pois as reformas educacionais executivas em vários países do mundo europeu e americano, nos últimos 20 anos, coincidem com a recomposição do sistema capitalista mundial, o qual incentiva um processo de reestruturação global da economia regido pela doutrina neoliberal.

A partir dos anos 80, e especialmente nos anos 90, no bojo das transformações tecnológicas trazidas, por um lado, pelas redes telemáticas e pela disseminação dos computadores pessoais (PCs) e, por outro lado, pela influência das teorias sociais relacionadas com a pós-modernidade, surgiu o aparecimento de concepções de formação inspirada na ideia de uma “sociedade do saber e da informação”. Neste cenário de complexidade e de refletividade, a educação passa a ser identificada com a transmissão de saberes ao longo da vida dos indivíduos. As mudanças da modernidade radical tenderão a transformar também os sistemas educacionais. A ênfase está posta na formação do indivíduo, numa concepção de educação ancorada na crença da acessibilidade de todos ao saber como condição de emancipação do indivíduo-cidadão (SÁ, 2015).

2.1 Alguns conceitos

A EAD é entendida como uma modalidade importante dos sistemas de formação, da mesma forma que o uso intenso e inovador das tecnologias de informação e comunicação e a disponibilidade de recursos educacionais (centros de recursos técnicos, monitorias e tutorias) de forma ampla e democrática. Neste sentido surge uma nova concepção de educação em que o processo de ensino aprendizagem é realizado virtualmente, onde professores e alunos interagem em tempo e espaço

diversos, possibilitando que várias pessoas, mesmo de lugares longínquos possam estudar sem se deslocar de suas cidades, exigindo do aluno uma maior autonomia diante do compromisso com os seus estudos (VEIGA; DIAS; VALLE, 2017).

Segundo o MEC a “UAB - Universidade Aberta do Brasil é um programa da Diretoria de Educação a Distância da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPS) com parceria da Secretaria de Educação a Distância (SEED) do Ministério da Educação (MEC). Nessa direção, compete a UAB Como prioridade a formação e capacitação inicial e continuada de professores para a educação básica, com a utilização de metodologia da Educação a Distância”, envolvendo estados, municípios e “instituições de educação superior públicas para a oferta de cursos superiores a distância em polos de apoio presencial, prioritariamente distribuídos em municípios do interior do país. Tais competências, em si, já deslindam opções teóricas e político-pedagógicas que merecem análise e debates envolvendo os diferentes atores no campo da formação.

Algumas instituições que oferecem a EAD através da modalidade de Jovens e Adultos (EJA) no nível médio em cursos técnicos devem ser credenciadas pelos conselhos estaduais de educação. As universidades virtuais são aquelas cauterizadas especificamente por oferecem cursos totalmente *online*; a universidade corporativa foi criada pelas empresas com objetivo de qualificar os seus funcionários, a um custo menor para ambos, podendo ser oferecida nos diversos níveis de ensino aproveitando assim a infraestrutura tecnológica da empresa, e atingindo o seu público alvo em qualquer lugar do mundo através da “EAD corporativa” Entretanto, a clientela de educação aberta e a distância é adulta e em geral, trabalha, ou seja, estuda em tempo parcial.

Para Correa (2016), o enfoque da formação inicial científica e profissionalizante passa a ser a formação ao longo da vida sendo essa o único caminho para alcançar ou manter condições de competitividade individual ou nacional, numa economia globalizada altamente teologizada. A educação ao longo da vida será importante para a competitividade do indivíduo no mercado de trabalho, assegurando igualdade de oportunidades, e para a competitividade do país, que necessita de recursos humanos cada vez mais qualificados.

A formação contínua, que há duas décadas era considerada do ponto de vista do direito do indivíduo de aprender, mesmo adulto, passa agora a ser um dever da sociedade e do Estado: prover oportunidades de formação contínua tanto para

atender as necessidades do sistema econômico, quanto para oferecer ao indivíduo oportunidades de desenvolver suas competências como trabalhador e cidadão, capaz de viver na sociedade de incertezas do século XXI. Podemos citar algumas características essenciais das sociedades contemporâneas, bem como a complexa mudança acelerada e a globalização que colocam demandas crescentes com relação à educação necessária para o indivíduo enfrentar sua vida em sociedade. Temos três demandas como:

Nível geral a qualidade de educação, não apenas em termos quantitativos de números despendidos no sistema de educação inicial, mas de melhoria da qualidade e extensão de atividades de aprendizagem contínua ao longo da vida. Atualização e retreinamento, não apenas para atender à necessidade de adaptação em muitas dimensões exigidas pela sociedade moderna, bem como à necessidade de dominar situações e tecnologias novas. Competência e carreiras múltiplas que representam a tendência do mercado de trabalho, decorrente do avanço acelerado da ciência e da tecnologia, que provoca a obsolescência do conhecimento e das técnicas, e das novas regras que flexibilizam e precarizam o fator trabalho (MORAN, 2000, p.3).

No entanto, a Educação a Distância ainda tem sido vista negativamente, por muitos profissionais e estudantes acostumados com o ensino convencional. Há aqueles que acreditam que o professor deva ser o detentor de conhecimentos e o aluno, seu mero receptor. Essa compreensão é totalmente equivocada e desumana, pois, um bom profissional será aquele que facilita a obtenção do conhecimento, através da criação e da participação mútua no processo de ensino-aprendizagem. Vale dizer que há diferença entre a EAD e a educação presencial, pois a educação presencial obriga um contato direto entre educador e educando em um local estabelecido, como por exemplo, uma sala de aula. A partir desse encontro ocorre o processo de ensino aprendizagem. O professor é o mediador num processo partilhado de construção do conhecimento, organizando os conteúdos as estratégias de ensino e o ambiente favorável à aprendizagem.

2.2 O papel do professor na EAD

Se comparado a EAD com a educação presencial muda basicamente: espaço físico, horários, cronograma, recursos e a proximidade física. As empresas estão usando a EAD basicamente como um sistema hospedado no servidor da empresa que vai transmitir, através da Internet, informações e instruções aos alunos visando agregar conhecimento específico. O bom aluno da EAD deve: ter consciência de que

ele é o instrutor de seu conhecimento; estar motivado para aprender; ter constante perseverança e responsabilidade; ter hábito de planejar, ter visão de futuro; ser comprometido e autodisciplinado (CORREA, 2016).

Quanto ao papel do professor em EAD: deve ser parceiro; prestador de serviço quando o aluno sente necessidade; buscar atualizar-se bastante; deve ser preparado para o diálogo dinâmico dos laboratórios, salas de meio, e *emails*, telefone; ter a construção coletiva do conhecimento, através da pesquisa; aos trabalhos em equipes interdisciplinares e complexas pesquisador refletir sobre sua prática pedagógica, orienta e participa da pesquisa de seus alunos; professor tutor: orienta o aluno em seus estudos de acordo com as disciplinas de sua responsabilidade, em geral participa das atividades de avaliação.

Destaca-se ainda, nessa modalidade de ensino, a função de tutor que, segundo a legislação, tutor é professor. Sua mediação é uma função docente, tanto na tutoria específica de uma disciplina, quanto na tutoria, em geral presencial, como um orientador de estudos. Já Silva (2006, p.73), faz crítica em relação à utilização do termo tutor ao invés de professor, em seu artigo sobre o curso online escreveu que preferiu recorrer ao termo professor no título de seu trabalho, visando garantir o papel do professor no ambiente *online*, reagindo assim à equivocada supressão do seu lugar em nome do “tutor” ou da “tutora”.

A luta por uma EAD de qualidade deve contemplar, além da qualificação docente dos tutores, suas condições de trabalho. É fundamental que se avance no estabelecimento de parâmetros quanto ao número de alunos atendidos. O Decreto nº 5.622/2005 aborda diversos aspectos que os projetos pedagógicos de cursos e programas devem contemplar, mas não menciona a relação tutoria nem números de alunos. Vale ressaltar que a experiência no Brasil em relação aos cursos à distância tem crescido através de parcerias e se expandindo, viabilizando as pessoas a fazerem um curso superior numa universidade pública sem precisar deixar sua cidade, e o Piauí caminha com a UAPI, dando oportunidade para aqueles que por algum motivo não puderam frequentar ou concluir um curso superior e que buscam uma formação de qualidade.

2.3 Políticas de expansão da educação à distância

Vale ressaltar que estudos sobre as políticas públicas para o ensino superior a distância tomaram como ponto de partida a aprovação da Lei de Diretrizes da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/96, que desencadeou o processo de reconhecimento da Educação a Distância (EAD), que por sua vez, passou a exigir uma definição de políticas e estratégias para, sua implementação e consolidação nas diversas Instituições de Ensino Superior (IES) do país (BRASIL, 1996).

Além de reconhecer oficialmente a EAD, a Lei nº 9394/96, aponta para a possibilidade de se utilizar esta modalidade de ensino para a formação de professores em exercício, com o intuito de atender uma determinação se suas disposições transitórias que, ao instituir a “Década da Educação”, preconiza que a partir de 2007, somente serão admitidos professores graduados em nível superior ou formados em serviços. Para viabilizar esta formação, a própria lei determina que cada município e, principalmente, Estado e União, deveram realizar programas de capacitação para todos os professores em serviço, utilizando também, para isto, os recursos da Educação a Distância.

Por se tratar de uma forma nova de educação, onde as definições quanto à função docente estão ainda em construção, pode-se dizer que o marco legal da expansão do artigo 80 da LDB (Lei 9.394 de 1996), cujo caput dispõe que “o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação contínua”.

Diversas regulações anunciadas pelo art. 80 da LDB, em seus parágrafos, como o credenciamento de instituições, os requisitos para a realização de exames e registros de diplomas, foram objeto de normatização pelo Decreto nº 2.494/98, substituído, em 19 de dezembro de 2005, pelo Decreto 5.622, que caracteriza a Educação a Distância quando afirma que como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educacionais em lugares ou tempos diversos (Art.1º).

Essa definição constituiu um avanço em relação ao decreto anterior, pois explicitou a necessidade de professores desenvolvendo a mediação pedagógica. Também serve como referência alguns requisitos a serem cumpridos pelas instituições que demandam credenciamento (art.12): projetos pedagógicos para os cursos e programas que serão ofertados na modalidade à distância.

Apresentar corpo docente com as qualificações exigidas na legislação em vigor e, preferencialmente, com formação para o trabalho com Educação a Distância; descrição detalhada dos serviços de suporte e infraestrutura adequados à realização do projeto pedagógico, relativamente a: Instituições físicas e infraestrutura de suporte e atendimento remoto aos estudantes e professores; polos de Educação a Distância para a execução descentralizada de funções pedagógico-administrativas do curso, quando for o caso; bibliotecas adequadas, inclusive com acervo eletrônico remoto e acesso por meio e redes de comunicação e sistema de informação, com regime de funcionamento e atendimento adequado aos estudantes de Educação a Distância. Não obstante, a essa realidade os curso e programas de mestrados e doutorados a distância previstos no Decreto 5.662/05, até hoje a CAPES, ainda não editou as normas completares para sua implementação (MENDES, 2012).

Outro dispositivo legal federal de grande importância é a Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, pelas consequências que traz para a educação presencial. É conhecida como a Portaria dos 20%, pois permite às instituições de ensino superior a oferta de disciplinas que utilizem a modalidade semipresencial, caracterizada como quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centrados na autoaprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação remota, limitada a essa oferta de 20% da carga horária total do curso (BRASIL, 2004).

A partir da utilização de tecnologia de informação e comunicação, essa portaria aproxima as duas formas de educação presencial e à distância que alguns tratam como realidades incomunicáveis, cujo risco é terem suas intenções desvirtuadas por instituições de ensino não idôneo como mera estratégia de redução de custos, no sentido do aumento da lucratividade. A Leitura de seu art. 2º permite perceber que este não é o propósito do legislador. Para os fins desta Portaria, entende-se que a tutoria das disciplinas ofertadas na Modalidade semipresencial implica na existência de docentes qualificados em nível compatível ao previsto no projeto pedagógico do curso com carga horária específica para os momentos presenciais e os momentos a distância.

A partir do reconhecimento da EAD houve um crescimento na oferta de cursos de Educação a Distância no ensino superior, tendo em vista o grande número de instituições que solicitaram autorização para oferta de cursos e o credenciamento de instituições junto ao Ministério da Educação, atendendo as disposições da legislação

educacional vigente que estabelece no art. 80 da atual LDB, que “a Educação a Distância, organizada com abertura e regimes, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União” (BRASIL, 1996). Nesse contexto sobre a EAD, nasce na Universidade Aberta do Brasil (UAB) que é um sistema de cooperação e parceria entre o Governo do Federal e as Instituições Públicas de Ensino com a finalidade de expandir e interiorizar o ensino superior.

Vale ressaltar que segundo a revista interação a Universidade Aberta do Brasil foi criada em 2005, na 3º Reunião Plenária do Fórum das Estatais pela Educação onde foram assinados os acordos de cooperação técnica para implantação e oferta de cursos e programas de educação superior a distância. Essa implementação se deu a partir de parcerias com as Universidades Públicas e de consórcios públicos nas Universidades da Federação.

No entanto, em 2005, para a consecução do projeto UAB, o MEC lançou, por meio da SEED, o edital nº 1, com a chamada pública para a seleção de polos municipais de apoio presencial e de cursos superiores das Instituições Federais de Ensino Superior. Depois de escolhido o curso de administração para o projeto piloto, firmou-se parcerias com o Banco do Brasil (integrante do fórum das Estatais pela Educação) e as instituições federais e estaduais de Educação Superior. Diante disso a UAB. Em março de 2006, inicia o projeto piloto do curso de administração, atendendo a 10 mil estudantes, matriculados em 18 Universidades Públicas e contando com o apoio administrativo e pedagógico de 209 polos espalhados pelo País (PRETI, 2011).

Vale dizer que de acordo com a UAB, esta não propõe a criação de uma nova instituição de ensino superior, mas sim, a articulação das instituições publica já existente, que possibilitem ao ensino superior público de qualidade aos municípios brasileiros que não possuem cursos de formação superior ou cujos cursos ofertados não são suficientes para atender a todos os cidadãos.

Nessa perspectiva, a UAB visa aumentar a oferta de vagas nas universidades públicas e conseqüentemente resgatar e propor novas oportunidades de ingresso no ensino superior, para aquelas pessoas que por algum motivo não deram continuidade aos seus estudos ou não deram continuidade aos seus estudos ou não pode frequentar as aulas na modalidade tradicional, diante disso o governo vem investindo exaustivamente em *softwares*, equipamentos e telecomunicações, além de estabelecer parcerias que viabilizem a EAD.

Nessa óptica, a UAB enfatiza que seus objetivos, é desenvolver modalidade de Educação a Distância, com finalidade de expandir e integralizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País, além de ampliar o acesso à educação superior pública levando tais cursos às diferentes regiões do país. Outro objetivo é oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e a trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e apoiar a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior respaldada em tecnologias de informação e comunicação. Além disso, pretende-se atingir objetivos socioeducacionais com a colaboração da União com entes federativos, e estimular a criação de centros de formação permanentes por meio de polos de apoio presencial.

Assim alguns critérios foram adotados para a oferta dos cursos à distância, pois cada município deve montar um polo presencial, com laboratórios de informática, biologia, química e física, além de biblioteca. Essa infraestrutura, que inclui ainda o apoio de tutores, fica à disposição dos alunos. Já a elaboração dos cursos é de responsabilidade das instituições públicas de ensino superior de todo o país, que desenvolvem material didático e pedagógico.

Contudo, para ingressar no sistema UAB, o processo de seleção segue o modelo tradicional dos cursos de graduações presenciais, o de prestar vestibular. Sendo assim, a única exigência é de que os candidatos tenham concluído o ensino médio. A realização das provas fica a cargo das instituições públicas de ensino superior. É importante salientar que no processo ensino-aprendizagem da EAD, tanto professor como aluno assumem novos papéis que passam a interagir por meio de um ambiente virtual. Podemos constatar nas palavras de André Soares, quando afirma que: nesse paradigma emerge os papeis docentes e discentes se modificam, e de ambos, exige-se muito mais. O aluno passa a ser o centro do processo, e é ele e não mais o professor que determina o ritmo de aprendizagem. A prática pedagógica do curso é determinada através de recursos tecnológicos diversificados que possibilitam ao professor analisar o desempenho e o compromisso dos alunos diante das atividades propostas.

Quanto à utilização dos recursos tecnológicos de acordo com os autores. São características do formato da EAD: a flexibilidade quanto ao tempo, ao lugar e ao ritmo de estudo; uma aprendizagem centrada no estudante; a disponibilidade de meios e materiais como suporte ao processo de ensino-aprendizagem como um facilitador interativo entre o aluno e conteúdo a ser estudado (SILVA; FERREIRA, 2018). Nessa

relação é necessário destacar o treinamento que tanto professor quanto aluno deve ter para poder interagir.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Segundo Gonsalves (2011), a metodologia é entendida como o caminho e o instrumental próprio para abordar aspectos do real, incluindo concepção teórica, técnicas de pesquisa e a criatividade do pesquisador.

Neste trabalho, foi utilizada a pesquisa bibliográfica numa abordagem descritiva na qual foram apresentadas teorias, dados e pesquisas que abordam o tema em questão em busca de um entendimento significativo do mesmo. A mesma foi realizada mediante uma leitura sistemática, de livros, artigos, monografias e demais produções acadêmicas sobre o tema devido, com fichamento dos textos.

A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de artigos científicos (GIL, 2018).

A investigação procedida permitiu conhecer as diferentes contribuições científicas disponíveis sobre esse tema, e dá suporte a todas as fases de qualquer tipo de pesquisa, uma vez que auxiliou na determinação dos problemas, na determinação dos objetivos, na construção das hipóteses, na fundamentação da justificativa da escolha do tema e na elaboração do estudo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho possibilitou entender como a Educação a Distância contribui para o Ensino Superior nos dias atuais e descrever os aspectos históricos dessa modalidade de ensino cada vez mais presente nas salas de aula das instituições de ensino superior. Com isso, pôde-se perceber a grande necessidade de haver uma estrutura que dê todas as condições essenciais para a realização das aulas e tentar assemelhar o ambiente virtual ao presencial.

Para se alcançar uma percepção desse tema, definiram-se quatro objetivos específicos, que foram: abordar a evolução histórica do ensino a distância, analisar a política de expansão da educação à distância, analisar as dificuldades do processo

de ensino e aprendizagem superior e apontar os desafios enfrentados pelo aluno na educação à distância, para tal foi utilizado pesquisa bibliográfica sobre o assunto.

A pesquisa mostrou principalmente que a modalidade de Educação à Distância está em pleno crescimento e que possivelmente será a mais utilizada em alguns anos, apesar de haver ainda alguns gargalos a serem superados.

Como abordado no estudo, no Estado do Piauí tem um projeto que se assemelha à UAB, ou melhor, se baseia nela, que é a UAPI, porém o projeto vem encontrando dificuldades, tendo em vista a diferença tecnológica existente dentro do estado, pois em determinados locais a internet chega com muita dificuldade, principalmente do Centro ao Extremo Sul do estado.

Em pesquisas futuras, é interessante e necessário propor uma descentralização no que diz respeito as aulas telepresenciais, e uma maior aproximação entre tutor-aluno e abrir possibilidade de ampliar a comunicação entre os atores, podendo ser utilizado inclusive os aplicativos de mensagens instantâneas, sendo devidamente comprovada a formalidade nessa comunicação.

4 REFERÊNCIAS

CORREA, Juliane. PROCESSOS DE FORMAÇÃO A DISTÂNCIA Inquietações necessárias. **Revista de Educação a Distância**. 2016, v.3, n.2

LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira e TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 10ª. Ed., São Paulo: Cortez, 2012.

MAZURKIEVICZ, Gilmar; SOSNOWSKI, Katyúscia. A mediação pedagógica no material didático no curso de especialização a distância *Arte, educação e tecnologias contemporâneas*. **Revista Científica Ciência em Curso**, Palhoça, SC, v. 2, n. 2, p. 83-90, jul./dez. 2013.

MENDES, Valdelaine. O trabalho do tutor em uma instituição pública de ensino superior. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 28, n. 2, p. 103-132, June 2012.

MORAN, José M. **Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias audiovisuais e telemáticas**. Campinas: Papyrus, 2000.

PRETI, Oreste. **Educação a distância: fundamentos e políticas**. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

SILVA, Danniela Ernesto de Lima; FERREIRA, Adir Luiz. **Trajetória da educação a distância**: do surgimento a educação superior no Brasil. Disponível em: <<http://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2018/article/download/732/269/>> Acesso em: 18.jul.2019.

SÁ, Marco. **Criar e professorar um curso online**: relato de experiência. In Silva, Marco (org.). Educação online. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

VEIGA, Edicléa; DIAS, Flávia Brito; VALLE, Luciana Rocha de Luca Dalla. **Olhares para as fragilidades do conhecimento no ensino superior**: desafios e possibilidades. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26733_13563.pdf> Acesso em: 18.jul.2019.